Artículo de investigación

Cómo citar: Rossi, R. (2024). Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU): mudança social, comunicação e cidadania. *Mediaciones*, 33(21), pp. 291-311. https://doi.org/10.26620/uniminuto.mediaciones.21.33.2024.291-311

Editorial: Corporación Universitaria Minuto de Dios, UNIMINUTO

Recibido: 12 de diciembre de 2023

Aceptado: 15 de octubre de 2024

Publicado: 2 de diciembre de 2024

ISSN: 1692-5688 | **eISSN:** 2590-8057

Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU): mudança social, comunicação e cidadania

Rio de Janeiro Urban Agriculture Network (Rede CAU): social change, communication and citizenship

Red de Agricultura Urbana de Río de Janeiro (Rede CAU): cambio social, comunicación y ciudadanía

Rodrigo Rossi Morelato
rodrigomorelato@gmail.com
Professor adjunto no Centro de Formação em Artes e Comunicação da Universidade Federal do Sul da Bahia (CFAC-UFSB).
Brasil.
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3932-4531

Conflicto de intereses:

El autor ha declarado que no existen intereses en competencia.

Resumo

O artigo aborda as práticas comunicacionais de movimentos sociais de base agroecológica da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é correlacionar tais práticas com as teorias da comunicação para a mudança social, historicizando a conhecida tensão entre difusão de inovações e processos participativos. Para tanto, o artigo aborda a ideia de dialogicidade (Freire, 1977) enquanto matriz das ciências emergentes (Santos, 1987), como a agroecologia, a qual é abordada segundo perspectivas da latino-americanas (Peruzzo, 1998) e anglo-saxãs (Tufte, 2017) de comunicação para a mudança social. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa participante realizada junto à Rede CAU. Conclui-se que a agroecologia, como Epistemologias do Sul, é capaz de promover processos de cidadania e de mudança social a partir da comunicação participativa.

Palavras Chave: comunicação, agroecologia, cidade, sustentabilidade, pesquisa participante.

Abstract

The article addresses the communication practices of agroecological-based social movements in the city of Rio de Janeiro. The objective is to correlate such practices with theories of communication for social change, historicizing the well-known tension between diffusion of innovations and participatory processes. To this end, the article addresses the idea of dialogicity (Freire, 1977) as the matrix of emerging sciences (Santos, 1987), such as agroecology, which is approached from the perspectives of Latin American (Peruzzo, 1998) and Anglo-Saxon (Tufte, 2017) communication for social change. Methodologically, this

is extensive participatory research carried out with the CAU Network. It is concluded that agroecology, as Epistemologies of the South, is capable of promoting processes of citizenship and social change through participatory communication.

Keywords: communication, agroecology, city, sustainability, participatory research.

Resumen

El artículo aborda las prácticas de comunicación de los movimientos sociales de base agroecológica en la ciudad de Río de Janeiro. El objetivo es correlacionar tales prácticas con teorías de la comunicación para el cambio social, historizando la conocida tensión entre difusión de innovaciones y procesos participativos. Para ello, el artículo aborda la idea de dialogicidad (Freire, 1977) como matriz de ciencias emergentes (Santos, 1987), como la agroecología, que es abordada desde latinoamericana (Peruzzo, 1998) y anglosajona (Tufte, 2017) de comunicación para el cambio social. Metodologicamente se trata de una investigación participativa realizada con la Red CAU. Se concluye que la agroecología, como Epistemologías del Sur, es capaz de promover procesos de ciudadanía y cambio social a través de la comunicación participativa.

Palabras-clave: comunicación, agroecología, ciudad, sostenibilidad, investigación participativa.

Introdução

Conhecida por sua insólita trajetória na história brasileira, pela diversidade cultural de sua gente e por seu clima tropical convidativo ao lazer e ao turismo, a cidade do Rio de Janeiro também é reconhecida internacionalmente por sua deslumbrante paisagem natural. Na atualidade, mais da metade (50.1%) da superfície da cidade é composta de áreas não edificadas como florestas, praias, restingas, lagoas, rios e, também, terras de lavoura que, entre permanente ou temporárias, perfazem aproximadamente 3% de sua superfície (IPP, 2018). No entanto, o poder público municipal entende que 100% da população carioca reside em área urbana, colocando um obstáculo para a agricultura da cidade, dificultando o acesso a políticas públicas e cerceando a cidadania de agricultores urbanos.

Desde o início dos anos 2000, movimentos sociais de base agroecológica têm disputado o sentido de desenvolvimento nesta cidade, promovendo cidadania através da agricultura urbana. Nesse sentido, a pergunta que anima a escrita deste texto é: como o movimento agroecológico existente na cidade do Rio de Janeiro pode ser compreendido à luz das teorias da comunicação para a mudança social e cidadania?

Este trabalho é fruto de um processo de participação observante (Peruzzo, 2017) desenvolvido ao longo dos últimos oito anos junto a movimentos sociais da cidade do Rio de Janeiro. As características da participação observante diferem de outras modalidades de pesquisas participativas pelo fato de que o pesquisador participa de muitas atividades do grupo pesquisado; de interagir como um membro do grupo, com direito à voz e protagonismo; pelo fato de o grupo conhecer essa inserção dúbia (de pesquisador e de participante) desse elemento externo; pelo fato de o vínculo com o grupo ser anterior ao desenvolvimento da pesquisa em questão; e, finalmente, pelo compromisso do pesquisador em devolver suas sistematizações aos grupos pesquisados.

Argumento que a agroecologia é uma ciência emergente, influenciada pelas duas matrizes epistemológicas constituintes do campo da comunicação para a mudança social: a difusão de inovações e a comunicação participativa (Tufte, 2017). Deste modo, enfeixo a argumentação em três momentos.

Em um primeiro momento, apresento como mudanças sociais operadas ao longo do século XX e informadas pelas teorias desenvolvimentistas do Norte Global se manifestaram na agricultura que se desenvolveu na cidade do Rio de Janeiro. Descrevo como essas mudanças se apararam em um processo dialético de marcos legais sobre o zoneamento e fomento às práticas de agricultura cariocas. Por fim, apresento atuais políticas públicas que poderiam fortalecer a cidadania dos agricultores da cidade.

No segundo movimento, apresento a agroecologia como uma ciência emergente e como um movimento social. Tal dupla-natureza é característica das Epistemologias do Sul e se fundamenta num profundo diálogo de saberes que têm na pedagogia da comunicação participativa um elemento mediador desse processo, conferindo especial interesse à contribuição brasileira nesse campo.

No terceiro e último movimento, descrevo como a agroecologia se territorializou na cidade do Rio de Janeiro, dando forma a uma rede de movimentos sociais chamada Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). Também apresento as principais reinvindicações dessa rede de movimentos, voltadas às questões do direito à cidade.

Conclui-se que a agroecologia existente nas terras cariocas, verdadeira Epistemologia do Sul, promovendo mudanças sociais a nível cotidiano ao conjugar a difusão de conhecimentos, a comunicação participativa e o compromisso com a construção da cidadania através do direito à cidade.

Agricultura urbana carioca: passado e presente

A história do zoneamento urbano do Rio de Janeiro data ao menos do início do século XX, se mistura com as diversas institucionalidades e noções de desenvolvimento que estas terras conheceram ao longo do século. Inicialmente Distrito Federal (1899-1960), posteriormente Estado da Guanabara (1960-1975), e, com a fusão desse com o estado do Rio de Janeiro (de capital em Niterói), a partir de 1975, finalmente a cidade do Rio de Janeiro se tornou a capital fluminense.

Esses diversos arranjos institucionais levaram à implementação, reformulação e dissolução de políticas de zoneamento e de apoio à agricultura que ainda se verificam, ao menos em parte, nos marcos legais que ordenam a vida no município e interferem no cotidiano dos agricultores cariocas.

Nas primeiras décadas do século XX, a Primeira Guerra Mundial modificou o debate internacional sobre a fome, antes compreendida como sinônimo de carestia. A partir de então, a falta de alimentos em quantidade e diversidade passou a ser compreendida como

insumo estratégico ao desenvolvimento dos países, ou seja, uma questão de segurança nacional, constituindo o debate de segurança alimentar e nutricional (Rodrigues, 2019). O Brasil, que participou indiretamente do conflito exportando grande quantidade de alimentos para os países da Tríplice Entente, conheceu esse debate através de uma inflação inédita nos preços dos alimentos, sobretudo nas cidades, questão que se tornou um dos principais desencadeadores da Greve Geral de 1917 (Rodrigues, 2019).

Como resposta, no ano de 1918, se institui, por decreto, a organização das terras da cidade entre urbanas, suburbanas e rurais (Abreu, 2013). Essa primeira tentativa de zoneamento urbano tinha como alguns de seus principais objetivos o aumento da produção de alimentos e a facilitação de seu escoamento, de modo a melhor abastecer a capital do país. Tais projetos, no entanto, tomaram forma apenas em finais dos anos 1940, quando obras de saneamento – com drenagem de terras alagadas e abastecimento por água encanada – se somaram a uma nova infraestrutura de comunicação, com a abertura de estradas de rodagem, capazes de conectar a zona urbana à zona rural da cidade (Kleiman, 1994).

Nos anos 1950, aurora do discurso desenvolvimentista, a cidade do Rio de Janeiro ainda formava o antigo Distrito Federal quando a gestão (1951-1952) do prefeito João Carlos Vital (1900-1984) enviou técnicos e geógrafos cariocas aos Estados Unidos da América. Essa viagem tinha por objetivo que os brasileiros tomassem conhecimento dos mais contemporâneos processos de gestão de recursos naturais, capazes de aumentar a produtividade da agricultura local (Abreu, 1957).

Protagonizada por técnicos brasileiros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, essa iniciativa de cooperação gerou um pioneiro compêndio que buscava sensibilizar a burocracia do estado e a sociedade civil sobre a necessidade de

> (...) melhor aproveitamento do solo, a uma mais adequada utilização das águas, a uma mais eficiente defesa contra a erosão que se processa nas encostas e declives acentuados (...) [e], apontar aspectos da vida rural que sugerem certas medidas protetoras do patrimônio coletivo, através da intensa divulgação dos métodos modernos de tratamento da terra, de luta contra obstáculos naturais. E de valorização do trabalhador do campo" (Abreu, 1957, p. XVI).

À época, o estudo demonstra, havia 17.938 cariocas ligados ao setor primário (agricultura, pecuária e silvicultura) nas terras da cidade. Dentre esse montante, 3.666 pessoas eram lavradores registrados na então Secretaria de Agricultura do Distrito Federal (Abreu, 1957, p. 154). Ainda segundo o estudo, a agricultura carioca do período era realizada majoritariamente em propriedades consideradas médias ou grandes, sendo bastante diversificada e, salvo a cultura da laranja, voltada à exportação, produzia hortifrutigranjeiros que tinham como mercado consumidor os próprios cidadãos cariocas.

Esse período também foi marcado por uma série de conflitos na Zona Rural do então Distrito Federal, quando se testemunhou o início do processo de "desintegração

agrícola" da região (Santos, 2017). Segundo o historiador Leonardo Soares dos Santos (2017), os grandes investimentos em saneamento na Zona Rural do Distrito Federal fomentaram a especulação imobiliária, levando a uma fragmentação das propriedades rurais em prol de loteamentos e à atuação de grileiros na região. Assim como acontecia em outras regiões do país, os agricultores cariocas da época se organizaram junto ao Partido Comunista Brasileiro, formando Ligas Camponesas nos bairros da Zona Rural do Distrito Federal e, através dessas organizações inicialmente voltadas à ajuda mútua, passaram a pressionar por cidadania tendo como pauta central a reforma agrária. Infelizmente, assim como outras iniciativas da sociedade civil do período, as Ligas Camponesas cariocas foram perseguidas e silenciadas pela Ditadura Militar (1964-1985).

Parte das questões enfrentadas na atualidade pela agricultura nas terras do Rio de Janeiro tem sua origem nessa época, quando um marco regulatório ainda vigente [1] (Brasil, 1966) relativo ao ordenamento e à tributação das propriedades territoriais nos municípios brasileiros foi estabelecido. Forjado durante a Ditadura Militar, e sem possibilidade de contestação por parte da sociedade civil, tal marco considera como áreas urbanas quaisquer localidades que contem com ao menos dois dos seguintes melhoramentos típicos do urbanismo: calçamento ou meio fio; abastecimento de água ou sistema de esgoto sanitário; rede de iluminação pública; e/ou escola primária e/ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 quilômetros da relativa propriedade (Brasil, 1966).

Faz-se necessário o comentário de que o período da Ditadura Militar, no Brasil, (1964-1985) coincide com a época áurea do discurso desenvolvimentista do Norte Global e com o surgimento das críticas latino-americanas a esse modelo, provenientes do Sul Global. Trata-se de processos que se relacionam de maneira íntima com o campo da comunicação para a mudança social, constituindo duas matrizes: a difusão de inovações e a comunicação participativa.

Segundo o antropólogo colombiano Arturo Escobar (1995), a concepção desenvolvimento hegemônica entre os anos 1950 e 1970 foi aquela oriunda do Norte Global. Tal concepção entendia que a elevação dos índices de urbanização e industrialização, o crescimento econômico, a adoção de novos valores culturais e a expansão do consumo constituiriam o caminho para que os países do então "Terceiro Mundo" atingissem o desenvolvimento vivido nas nações ocidentais do Primeiro Mundo – ou seja, que possuíssem formas de vida as mais semelhantes possíveis às encontradas no Norte Global. No caso brasileiro, a busca pelo desenvolvimento segundo esse receituário foi fortemente perseguida pelo Estado – inclusive, como já mencionado, com a imobilização da sociedade civil e violações aos Direitos Humanos. Nesse período, entre as décadas de 1960 e 1980, a sociedade brasileira testemunhou um esvaziamento do campo com a difusão das inovações moto-mecânicas, agroquímicas e de manipulação genética da chamada "Revolução Verde" (Pompéia, 2021).

[1] Recentemente, em 20 de dezembro de 2023, uma reforma tributária foi aprovada no Congresso Nacional Brasileiro, sendo sancionada pelo Presidente da República. No entanto, esse novo marco legal entrará em vigor somente a partir do ano de 2026, sendo completamente instituído em 2033

Aos agricultores brasileiros, silenciados pela ditadura e desalojados pelos grandes proprietários rurais, não restou opção que "se aventurar" nas cidades em busca de oportunidades (Durhan, 1973), adotando novos valores culturais, formando mão de obra barata e precarizada, e gerando um crescimento urbano desordenado.

Na cidade do Rio de Janeiro, essas questões se fizeram sentir de modo particularmente cruel aos agricultores da cidade: a Zona Rural, formalmente existente por 50 anos, foi dissolvida e reorganizada como Zona Oeste da cidade pelo Decreto Municipal No 322/1976 (Rio de Janeiro, 1976). Faz-se importante mencionar que, no ano anterior, os estados da Guanabara (cuja capital era a cidade Rio de Janeiro) e do Rio de Janeiro (cuja capital era a cidade de Niterói) passaram por um processo de fusão, sendo o estado da Guanabara extinto e a cidade do Rio de Janeiro elevada à condição de capital de um estado homônimo. Em aquele ano de 1976, portanto, a capital fluminense passou a contar com uma nova e extensa área urbana, com mais de 880 km2, representando cerca de 70% da superfície da cidade, a qual poderia desenvolver ao urbanizar por completo.

Na atualidade, e como determina a Constituição (Brasil, 2016), a cidade do Rio de Janeiro é ordenada por uma Lei Orgânica segundo a qual estão previstos o zoneamento e as políticas públicas de apoio à agricultura (Rio de Janeiro, 2010). Também seguindo a Constituição e pelo fato de possuir mais de 20 mil habitantes, a cidade do Rio de Janeiro deve realizar, a cada decênio, um intenso processo de participação da sociedade civil para a redação do seu Plano Diretor Municipal, instrumento ligado à sua Lei Orgânica e encarregado de ordenar o desenvolvimento da cidade conforme os desejos de seus cidadãos.

Nos dias de hoje, uma das grandes demandas dos agricultores da cidade é o acesso à tributação de suas propriedades segundo a finalidade de uso das terras. Ou seja, que o tributo corresponda segundo a métrica do Imposto de Propriedade Territorial (ITR), ao invés do Imposto Territorial Urbano (IPTU), cujas bases de cálculo diferem enormemente. Essa diferença resulta no endividamento dos agricultores da cidade, que utilizam suas terras segundo uma lógica rural, mas são tributados segundo uma lógica urbana. Outro agravante é do cerceamento ao acesso a políticas públicas, de escopo estadual ou nacional, voltadas à agricultura, que entendem essa atividade como uma atividade exclusivamente rural.

Faz-se importante mencionar a força da agricultura carioca nos dias de hoje. Dados recentes (Lima, 2019) demonstram que há 1.500 agricultores na cidade – ou seja, aproximadamente 50% do montante registrado na década de 1950. Se considerada apenas a produção de alimentos ditos agroecológicos [2], constata-se que os agricultores da cidade produzem e comercializam localmente cerca de 30 toneladas de alimentos mensalmente, contribuindo enormemente para a segurança alimentar e nutricional dos cariocas (Lima, 2019).

[2] Quanto a esse tipo de alimento, me refiro àqueles produzidos de modo solidário e baseado em formas tradicionais de produção, as quais se abstém do uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes modificadas geneticamente. Retomarei a essas questões no próximo tópico

Ao menos teoricamente, os agricultores cariocas poderiam se beneficiar de uma série de políticas públicas enfeixadas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), existente desde a década de 1990 (Brasil, 1995), que, resumidamente, aglutina de linhas de crédito facilitado, acesso a mercados institucionais e iniciativas de capacitação.

Para se ter acesso a essas políticas públicas, o agricultor deve obedecer a quatro critérios: a renda da família, que não pode ultrapassar os R$40 mil anuais, valor que é periodicamente atualizado; o domicílio da família, que deve ser o mesmo do município da propriedade; o tamanho máximo da propriedade, que pode ter até quatro módulos fiscais, ou seja, no caso da cidade do Rio de Janeiro, 40.000m2; e a posse de documentos que comprovem o controle da terra.

Deste modo, o PRONAF não estabelece que a agricultura por ele fortalecida seja rural ou urbana. No entanto, os extensionistas rurais aplicadores dessa política pública são formados tendo como parâmetro modelos ideias de agricultura, aquela existente no mundo rural, e, dadas as filigranas da legislação brasileira – e questões do Rio de Janeiro, em particular – muitos agricultores não conseguem acesso ao PRONAF, tendo sua cidadania cerceada por não usufruírem desses direitos (Fernandez e Baptista Filho, 2019).

Isso exposto, é possível verificar que alguns modelos de desenvolvimento, como aquele que entende o desenvolvimento como uma série de atributos quantificáveis como índices de urbanização, industrialização e padrões de consumo têm relação com teorias do campo da comunicação para a mudança social, mais especificamente, a pioneira linha de difusão de inovações.

Segundo Thomas Tufte (2017), essa matriz histórica entende que as culturas locais - como a dos tradicionais agricultores cariocas - são empecilhos ao desenvolvimento. Defende que o desenvolvimento pode ser promovido por atores externos, frequentemente especialistas como os técnicos rurais ou urbanistas, que estariam melhor capacitados para apresentar os rumos do desenvolvimento a se perseguir. No entanto, há outra matriz constituinte do campo da comunicação para a mudança social. Trata-se do paradigma participativo, originário do Sul Global e com grande inspiração na obra de Paulo Freire, que veremos como se manifesta na cidade do Rio de Janeiro.

Agroecologia como diálogo de saberes

No inicio dos anos 2000, um novo ator político passou a integrar as lutas dos agricultores cariocas: o movimento agroecológico, que, na cidade do Rio de Janeiro, tomou forma na Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) ao agremiar mais de trinta experiências de agricultura existente na cidade. Para que possamos melhor compreender o componente comunicacional dessa rede de movimentos sociais, se faz necessária uma breve digressão sobre a agroecologia.

A agroecologia é uma ciência emergente baseada na transdisciplinaridade (Altieri, 2012) que, de modo engajado, incorpora os conhecimentos tradicionais e não científicos ao seu processo de produção e sistematização de conhecimento (Feiden, 2005). Essa proposta científica tem por finalidade não a depuração de leis, a quantificação do real ou a previsão de regularidades quanto a acontecimentos do mundo, como acontece com as ciências tradicionais (Santos, 1987); pelo contrário, a agroecologia possui ênfase em seu componente axiológico, marcado pela indissociabilidade entre causa e intenção, o que destaca os fundamentos éticos de uma ciência orientada à prática da liberdade (Freire, 2014).

Um dos conceitos fundamentais para a agroecologia é o de agroecossistema, ou seja,

> A modificação de um ecossistema natural pelo homem, para a produção de bens necessários à sua sobrevivência, forma o agroecossistema. Com a interferência humana, os mecanismos e controles naturais são substituídos por controles artificiais, cuja lógica é condicionada pelo tipo de sociedade na qual se insere o agricultor. (Feiden, 2005, p. 61)

Deste modo, a poderosa dicotomia entre o rural e o urbano – capaz de criar subdisciplinas como a sociologia rural, orientar a construção de políticas públicas e condicionar a subjetividade de técnicos a partir dessa dicotomia – perde parte de seu vigor. A agricultura, certamente, pode também acontecer nas terras urbanas; afinal, o que a diferencia da agricultura desenvolvida em zonas rurais é a natureza das mediações na construção do agroecossistema. É nesse sentido que pesquisadores de diversos campos constituintes da agroecologia têm trabalhado com a ideia de uma agricultura da cidade, aquela mediada pelos condicionantes impostos pelo meio urbano; e não uma agricultura na cidade, como frequentemente desejam aplicadores de políticas públicas, que entendem a agricultura como sinônimo de tradição ou atraso, algo que não caberia às cidades (Fernandez, 2009; Lima, 2019; Morelato, 2023).

Como mencionado anteriormente, a agroecologia possui um forte componente comunicacional que se exercita através do diálogo entre os saberes científicos e populares, afinal,

> O que atualmente chamamos de “agroecologia” tem sua origem na práxis camponesa e dos povos originários ao longo de aproximadamente 12 mil anos de criação e recriação de “agri-culturas”, as quais se encontram, dialeticamente, com a ciência moderna desenvolvida a partir do século XVII, em um processo de tensões, saltos e regressões. Resulta igualmente de resistência dos camponeses e povos originários contra o seu avanço no campo. Somente a partir do século XX esse processo passou a ser sistematizado e organizado como um corpo próprio de conhecimentos científicos, adquirindo contornos de luta política no século XXI. (Guhur e Silva, 2021, p. 60).

No Brasil, a sistematização do conhecimento agroecológico pode ser rastreada ao menos a partir dos anos 1970, quando a difusão de inovações da agricultura industrial atingiu grau de hegemonia em nosso país. Nesse contexto, buscando salvaguardar os conhecimentos relativos à agricultura tradicional de um epistemicídio (Santos, 1998), setores da sociedade brasileira passaram a arregimentar uma enorme diversidade de conhecimentos dos povos originários sob o termo "agricultura alternativa", a qual não utilizava agroquímicos, mecanização ou manipulação genética em suas práticas (Lino e Jesus, 2005).

Com a redemocratização da sociedade brasileira, nos anos 1980, essas diversas abordagens da agricultura tradicional "alternativa" experimentaram um profundo diálogo com os movimentos sociais, que se reorganizavam após vinte anos de silenciamento e perseguição, ou seja:

> A agroecologia afirmou-se como referência conceitual (...), com o amadurecimento da análise ecológica da agricultura e da consciência ambiental, abarcando diferentes áreas do conhecimento como as ciências agrícolas, ecologia e desenvolvimento rural. Incorporou, no caso do Brasil, pautas amplas e históricas dos movimentos sociais, como reforma agrária, valorização do rural, da mulher, da biodiversidade, da educação, da construção de novos mercados e da juventude. (Bensandon, 2016, p. 18)

Parte do processo de amadurecimento do campo científico e político da agroecologia se deu no ano de 2002, quando diversos atores sociais realizaram, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que tinha como objetivos

> (...) afirmar a agroecologia como modelo alternativo ao agroquímico dominante, tornando visíveis para a sociedade as experiências agroecológicas; estimular a articulação e cooperação entre setores diferentes que atuavam na promoção da agroecologia; e formular propostas de políticas públicas para favorecer a generalização da agroecologia. (Bensadon, 2016, p. 61)

Entre os dias 30 de julho e 02 de agosto daquele ano, mais de 300 pessoas envolvidas com as experiências "alternativas" de todas as partes do país realizaram debates e oficinas práticas sobre temas que impactavam diretamente a realidade da agricultura familiar e tradicional brasileiras, como a regulamentação dos transgênicos, a mercantilização da água, a perda da biodiversidade no campo, políticas públicas para o setor, a necessidade de reforma agrária e a necessidade de conscientização da sociedade civil sobre esses temas, dentre muitas outras pautas (Bensadon, 2016).

Desse profundo e diverso espaço de debates, tomou forma a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), um movimento social em rede que atualmente se define como

> (...) um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, de fortalecimento da produção familiar e de construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente a ANA articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional. (ANA, 2022).

A partir dessas experiências, a ciência emergente da agroecologia aprofundou suas características axiológicas, tomando novos contornos. Não ficou encastelada em iniciativas de pesquisa, mas dispersa pelo social e apropriada por seus diversos atores, como frequentemente acontece com as Epistemologias do Sul (Tufte, Jiménes-Martínez e Suzina, 2020). Esse enraizamento da agroecologia pelas mais diversas partes do território brasileiro foi facilitado pela pedagogia da comunicação participativa e comunitária dos movimentos sociais, práticas fomentadoras de cidadania (Peruzzo, 1998; 2022).

Segundo a pesquisadora Cicilia Peruzzo, a comunicação participativa e comunitária pode ser entendida como "(...) resultado de um processo, realizando-se na própria dinâmica dos movimentos populares, de acordo com as suas necessidades. Nessa perspectiva, uma de suas características essenciais é a questão participativa voltada para a mudança social" (Peruzzo, 1998, p. 115).

Embora essa forma de comunicação também se ampare nos mais diversos meios de comunicação – como mídias impressas e sonoras, o audiovisual e performances, dentre outros meios – ela confere especial atenção às relações interpessoais e grupais enquanto processos de comunicação, aqueles tecidos face a face na vida cotidiana. Sua característica distintiva perante outros modos de comunicação é a ênfase na participação dos sujeitos na produção coletiva de sentido e conhecimento, ou seja, trata-se de "(...) um processo de consciência-organização-ação para compreender a realidade e agir sobre ela" (Peruzzo, 2022, p. 25).

A pesquisadora enfatiza a contribuição de Paulo Freire (1921-1997) na constituição da comunicação participativa na América Latina (Peruzzo, 2022). Como é sabido, Freire manteve uma intensa relação com os movimentos sociais rurais brasileiros entre os anos 1950 e 1960, bem como latino-americanos nos anos 1970, experiências a partir das quais sistematizou suas propostas no campo da educação (Paiva, 2000).

A obra freireana mais explicitamente relacionada ao campo da comunicação trata, justamente, das assimetrias entre conhecimento científico e conhecimento popular existentes entre agrônomos e camponeses latino-americanos. Com o título de "Extensão ou comunicação?" (1973), foi escrito no exílio e publicado originalmente no Chile democrático da Unidade Popular como parte dos estudos do Instituto de Capacitação e Pesquisa em Reforma Agrária daquele país. O livro denuncia modelos verticais e antidialógicos de comunicação, os quais tentavam persuadir camponeses latino-americanos à adoção das então novas técnicas da agricultura industrial, que em nada se relacionavam às suas realidades. Paulo Freire também apresenta, nesse livro,

o diálogo como um tipo de encontro transformador, pois pressupõe entender o outro como sujeito portador de conhecimento, jamais como um objeto desprovido de saber. Essa postura, que tece um elogio à diversidade epistemológica encontrada no mundo e que realiza um convite à transformação das realidades sociais opressoras, tem sido um dos fundamentos da agroecologia.

Em suas palavras, Paulo Freire afirma ser o diálogo um tipo de "(...) encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o "pronunciam", isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos" (Freire, 1973, p.43). O autor complementa, ao afirmar que o que se pretende com o diálogo é "(...) a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la" (Freire, 1973, p. 52).

Segundo o exposto, a agroecologia pode ser compreendida, também, como uma prática de comunicação dialógica, ao colocar em contato e gerar sinergia através do diálogo entre uma ciência emergente e redes de novos movimentos sociais.

Enquanto ciência, a agroecologia gera inovações que partem da sistematização, em termos científicos, dos conhecimentos práticos que os agricultores, em sua visão mais geral e integrada do conjunto de fenômenos, possuem sobre seus sistemas produtivos. O componente axiológico desta ciência, que reverbera numa série de procedimentos éticos, a torna necessariamente engajada na devolutiva de seus achados não como resultados prontos, mas como um inventário de técnicas que podem ser aplicadas na resolução de problemas que cada experiência concreta de agricultura experimenta.

Enquanto movimento social, a agroecologia pode ser compreendida como um processo de apropriação e difusão desses conhecimentos sistematizados a partir dos saberes populares. Deste modo, também deve ser entendida como a continuidade histórica das lutas do campesinato brasileiro por cidadania, sobretudo a luta por acesso e permanência na terra. A essas lutas foram incorporadas um novo repertório de ações por cidadania, provenientes do amadurecimento da sociedade civil brasileira, como é a questão da luta contra o patriarcado e o racismo, por direito à moradia e à saúde, por exemplo. Embora o espectro das lutas se diversifique em cada localidade onde os movimentos sociais atuam, pois parte dos atores sociais enraizados em cada território, é importante mencionar que a agroecologia também pode ser entendida como um processo derivado da pedagogia da comunicação participativa, caracterizada pela conscientização-organização-ação por mudanças sociais orientadas à cidadania.

Em termos comunicacionais, portanto, as apropriações da obra freireana representa uma segunda matriz do campo da comunicação para a mudança social (Tufte, 2017). Originariamente sistematizada no campo da educação, ela possui forte componente comunicacional que tem embasado o desenvolvimento de uma ciência emergente, marcada pelo diálogo de saberes e respeito a diferentes formas de conhecimento, como é o caso da agroecologia. Segundo Thomas Tufte (2017), para essa matriz a cultura local não é vista como uma adversária ao desenvolvimento, mas como uma maneira de se

viver, algo que orienta as ideias de desenvolvimento, agora entendido como um tipo de mudança social capaz de promover mudanças estruturais, atingidas no longo termo.

Rede Carioca de Agricultura Urbana: a agroecologia na cidade

No início dos anos 2000, diversas experiências de agricultura floresciam nas terras cariocas. Eram pequenas hortas comunitárias em favelas da cidade ou em terrenos antes abandonados, canteiros em quintais de casas, por vezes em vasos em varandas de apartamentos e, certamente, nas pequenas propriedades de aspecto rural que ainda pontilham a Zona Oeste da cidade. Todas essas práticas de agricultura, vale dizer, se encontravam mediadas por questões urbanas – como a dificuldade de acesso a insumos como terra, água e sementes; a escassa circulação de conhecimentos técnicos quanto ao cultivo; bem como os obstáculos ao acesso de políticas públicas promotoras de cidadania.

Essa ecologia de experiências conheceu uma confluência entre os dias 26 e 28 de novembro de 2009, quando foi realizado o III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade (III EEASC) em um pequeno sítio no bairro de Campo Grande (Zona Oeste da cidade). Cerca de duzentas pessoas de todas as regiões da cidade participaram de rodas de conversa, oficinas, palestras e visitas aos espaços produtivos dos agricultores urbanos cariocas.

Segundo um de seus organizadores, a proposta dessa atividade presencial era de promover um resgate de sabres tradicionais existentes no Rio de Janeiro, afinal:

> A ideia é fazer um resgate "agricultural", considerando aspectos como saúde, economia solidária, plantas, alimentação, criação... Também vamos recolher receitas de alimentação saudável e remédios caseiros para fazer uma cartilha e resgatar as sementes para o encontro. (Mattos de Mendonça citado em AS-PTA, 2009)

Os atores sociais envolvidos com a agroecologia na cidade do Rio de Janeiro reconhecem esse encontro como o momento central de sua trajetória coletiva, que passa também pela construção de redes nacionais - como a Articulação Nacional de Agroecologia - e estaduais - como a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Realizado a partir das práticas da comunicação participativa e fundamentado na metodologia freireana dos temas geradores, esse espaço de reflexão-organização-ação deu forma ao que hoje se conhece como Rede Carioca de Agricultura Urbana.

Nesse sentido, vale destacar que os temas geradores são parte da pedagogia da liberdade desenvolvida por Paulo Freire, ainda nos anos 1960. Eles constituem o conteúdo programático a partir do qual um diálogo pode ser estabelecido ou facilitado, nada mais sendo que "(...) a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo daqueles elementos que este lhe entregou [aos pesquisadores ou educadores] de forma desestruturada" (Freire, 2014, p. 116). Ainda, segundo o autor

> Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto das aspirações do povo, que podemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política. O que temos que fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação. (Freire, 2014, p. 120)

No ano de 2009, quatro foram os temas geradores que constituíram os eixos de debates e oficinas do III EEASC: manejo agroecológico de quintais; alimentação saudável; plantas medicinais e remédios caseiros; e economia solidária. Todos esses eixos partiam de experiências concretas dispersas pela cidade do Rio de Janeiro, que vinham sendo sistematizadas desde os anos 1990 por uma série de atores sociais como institutos de pesquisa aplicada e Organizações Não-Governamentais voltadas ao desenvolvimento local, às quais se somavam movimentos sociais de base comunitária e agricultores da cidade.

Em um registro audiovisual que documenta as atividades realizadas naqueles três dias[3] , é possível ter ideia da diversidade de atores sociais que se envolveram com o processo: são dezoito iniciativas que envolvem associações de agricultores, organizações não governamentais, institutos de pesquisa, movimentos de base comunitária, iniciativas de economia solidária, representantes de políticas sociais de nível municipal, grupos religiosos, associações de mulheres e projetos culturais voltados à criança e ao adolescente.

Apresentarei três dessas iniciativas para que possamos ter ao menos alguma ideia da diversidade de atores e trajetórias que foram tecendo a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). A primeira delas é uma Organização Não Governamental voltada a projetos de assessoria técnica para agricultores rurais, sediada na Zona Sul do município, a Assessoria a Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa – AS-PTA; a segunda é um movimento social de base comunitária atuante em favelas da Zona Norte do Rio de Janeiro, o Verdejar Socioambiental; a terceira, um projeto de pesquisa ação-participante desenvolvido no interior e arredores de uma área de preservação ambiental na Zona Oeste da cidade.

A primeira dessas iniciativas atua com projetos de agricultura alternativa desde 1983, fortalecendo iniciativas de agricultura urbana na cidade desde 1999, inicialmente no extremo da Zona Oeste da cidade.

[3] Canal Cecília Figueiredo. (2 de março de 2010). III Encontro de Experiências de Agricultura e Saúde na Cidade. [Arquivo de vídeo] YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=jmiWkV4Glr0&t=63s

Num primeiro momento protagonizada por engenheiros agrônomos que haviam participado direta ou indiretamente dos processos de sistematização dos conhecimentos tradicionais de agricultura frente ao epistemicídio promovido pela a agricultura industrial, a Assessoria a Serviços a Projetos de Agricultura Alternativa – AS-PTA, tem relação com a trajetória do movimento de agricultura alternativa e com o legado do pensamento de Paulo Freire, os quais têm, no Estado do Rio de Janeiro, uma trajetória profícua.

Rememorando, alguns anos depois, o processo que a AS-PTA realizou no desenvolvimento do III EEASC, bem como suas atividades de apoio e fomento à Rede CAU, dois engenheiros agrônomos comentam

> É preciso reconhecer e valorizar as experiências existentes nas comunidades, sistematizar seus acúmulos e ensinamentos, e promover momentos e espaços de intercâmbio, dando maior visibilidade às mesmas. Isto inclui o diálogo entre os saberes dos moradores das comunidades e dos assessores técnicos. (Mendonça e Monteiro, 2014, p. 116)

A segunda dessas iniciativas é um movimento social de base comunitária atuante na Serra da Misericórdia, remanescente verde da Zona Norte da cidade, a qual é cercada por cinco complexos de favelas, onde a violação dos direitos humanos faz a tônica do dia-a-dia. Atuantes desde 1997, suas atividades eram majoritariamente lúdicas e envolviam caminhadas pelos morros descampados, iniciativas de reflorestamento, mutirões regados a vinho de garrafão e muita música, de modo a celebrar a vida e promover sustentabilidade (Morelato, 2023).

Uma grande liderança desse movimento, Luiz Marins (1957-2011), ficou também conhecido como “Luiz Poeta” por sistematizar suas experiências numa série de poesias que, como é sabido, mais do que uma pronunciação verdadeira sobre o mundo habitado, são tecnologia de comunicação (ONG, 1982) que tem o corpo e a memória como suportes: daí sua necessidade de repetição ritualística enquanto defesa ao esquecimento.

Ainda são vivas na memória coletiva desse movimento de base comunitária as contribuições de seu saudoso fundador à tessitura da Rede CAU, como me contaram

> Esse negócio de Rede CAU começa muito com o Poeta, né? Antes, isso da agricultura urbana era muito um projeto da AS-PTA lá na Zona Oeste e tal... Não envolvia a cidade toda... É com o Poeta que se tem isso, de envolver também a Zona Norte, a Serra da Misericórdia, como um espaço de agricultura também. (Felippe, informação verbal, agosto de 2019).

A terceira dessas experiências foi uma iniciativa de pesquisa-ação participante desenvolvida na Zona Oeste da cidade a partir de 2006, ao redor do Parque Estadual da Pedra Branca. O projeto, chamado inicialmente de *Plantas Medicinais no Entorno do Parque Estadual da Pedra Branca*, ficou conhecido pelo nome de *Profito*.

Realizado pela Fundação Oswaldo Cruz, contava com a presença de pesquisadores, técnicos, agricultores e erveiras em suas ações. Realizado através de encontros pedagógicos e levantamento sobre os usos locais de plantas úteis, o Profito acabou por incentivar, inclusive, a formação da Associação de Agricultores de Vargem Grande (AGROVARGEM), empenhado na construção social de mercados para os produtos agroecológicos da localidade, tendo implementado quatro sistemas agroflorestais pela Zona Oeste, tendo, por fim, conferido à futura Rede CAU uma outra personalidade, como conta a pesquisadora Sílvia Baptista (2014), afinal, através do *Profito*,

> (...) a Rede CAU tornou-se tudo isso [o lúdico, o vínculo e a preservação de saberes tradicionais dos agricultores] e mais o acesso a mercados, as feiras, a certificação orgânica, o acesso a políticas públicas, as compras públicas, a legislação urbana e ambiental e seu impacto sobre a agricultura. (Baptista, 2014, p. 131)

Muitas outras trajetórias coletivas podem ser evocadas ao falarmos da tessitura da Rede Carioca de Agricultura Urbana. Cada uma delas poderia evidenciar uma nova narrativa de como a Rede CAU foi constituída, quais as modificações que cada um desses grupos trouxe à dinâmica dessa rede de movimentos sociais e como suas ações têm lentamente se transformado ao longo de quinze anos de existência.

É importante mencionar que ao longo de todo o processo de conscientização-organização-ação do movimento agroecológico carioca os meios de comunicação foram largamente empregados na partilha de conhecimentos sobre a agricultura da cidade e na construção de uma agenda comum de lutas. Alguns meses antes do IIIEEASC, ainda em 2009, por exemplo, pequenos vídeos foram feitos sobre quatro tipos de experiências – plantios em quintais, compostagem residencial, alimentação saudável e fitoterapia – os quais foram exibidos em formato de cineclube em diversas localidades da cidade, gerando um intenso debate face-a-face. Vale também o comentário de que, até a popularização dos *smartphones* dotados de aplicativos de mensagens, a comunicação interna da Rede CAU era parcialmente realizada através de uma lista de e-mails. Na atualidade, o uso dos meios de comunicação digital em aplicativos de mensagens tem viabilizado o desenvolvimento de mecanismos de coordenação e formas de governança, que buscam promover sinergia entre tantas iniciativas territorialmente dispersas e programaticamente distintas.

Atuante há quinze anos na cidade do Rio de Janeiro, a Rede CAU tem articulado atores da sociedade civil, iniciativas de pesquisa, movimentos sociais, agricultores, processadores, artesãos, consumidores e demais cidadãos cariocas numa agenda comum de lutas voltada “ (...) à democratização da cidade, pautando a garantia da posse da terra para os agricultores, de espaços públicos para as feiras, de áreas de produção agroecológica, de assessoria técnica pública e infraestrutura urbana” (Petrus, Corrêa do Lago e Ferrer, 2022, p. 110).

Segundo os autores, as principais pautas das redes de movimentos de agricultura e agroecologia na cidade do Rio de Janeiro são constituídas de cinco pontos estratégicos.

O primeiro se refere ao reconhecimento político-institucional da "agricultura familiar urbana". Esse eixo está relacionado ao reconhecimento da pluriatividade – isto é, que a produção não se baseia apenas na agricultura, mas também no beneficiamento, no artesanato ou no turismo, por exemplo. À reformulação dos critérios definidores de agricultura familiar. Ao desenvolvimento de políticas públicas para geração de renda e para o autoconsumo e a uma mudança na cultura das instituições de fomento.

O segundo trata da incidência política, com a participação das redes enquanto sujeitos coletivos atuantes em instrumentos de três instâncias de poder. Seriam exemplos a atuação nos Conselhos de Segurança Alimentar (tanto municipal quanto estadual); a participação na Conferência Nacional de Segurança alimentar; a sistematização de uma proposta para a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana junto à Articulação Nacional de Agroecologia; a incidência junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro.

Um terceiro eixo trata do acesso à terra urbana. Agremia iniciativas de produção, armazenamento, distribuição e comercialização de alimentos; disputa o zoneamento da cidade do Rio de Janeiro através do Plano Diretor Municipal e dos Conselhos Municipais que o subsidiam; sugerem a adoção de nova tributação para áreas de produção agroecológica da cidade: que seja cobrado o Imposto Territorial Rural (ITR) ao invés do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU).

Um quarto eixo se refere ao acesso a equipamentos públicos ou edificação de infraestrutura condizente com o modelo de cidade reivindicado pelo movimento agroecológico, onde não há distinção entre o morar e o plantar. Seriam políticas públicas para a integração saneamento-energia que fecham o ciclo hídrico e de nutrientes. Essas iniciativas deveriam ser descentralizadas, abarcando toda a cidade com, por exemplo, a construção de cisternas de captação de água de chuva ou de nascente, a construção de bacias de evapotranspiração ou banheiros secos, a realização sistemática da compostagem residencial e outras tecnologias socioambientais de baixo custo.

Um quinto eixo se refere à infraestrutura de beneficiamento e comercialização. Essas reinvindicações buscam aumentar o valor de mercado e, assim, a viabilidade econômica da produção agroecológica que ocorre na cidade; a garantia da mobilidade inter e intra-bairro, fomentando a criação de circuitos curtos de consumo; uma infraestrutura de apoio às feiras agroecológicas que acontecem na cidade e a necessidade de plataformas virtuais capazes de promover a resiliência dos circuitos de comercialização perante novos hábitos de consumo trazidos pelo isolamento social.

Considerações finais

A agroecologia deve ser compreendida como uma ciência emergente, a qual conjuga, em seus processos de produção e sistematização de conhecimento, as duas

matrizes constituintes do campo da comunicação para a mudança social: a matriz da difusão de inovações e a matriz da comunicação participativa.

Tais matrizes se encontram amalgamadas, justamente, devido ao diálogo entre saberes científicos e populares, que se influenciam mutuamente, e à ênfase axiológica, de natureza compreensiva, sobre a qual essa ciência se fundamenta. Tais características fazem com que a agroecologia recuse o claustro da academia e se espraie pelo tecido social como um tipo de conhecimento voltado à transformação do mundo rumo à cidadania e à sustentabilidade.

Nesse sentido, dada a crise climática instalada em todo o globo e que afeta com maior rigor populações do Sul Global, a agroecologia se apresenta como um tipo de conhecimento rigoroso, sistemático, dialógico e prático que pode promover mudanças sociais necessárias ao reequilíbrio de nossas relações com o planeta.

Referências Bibliográficas

Altieri, M. (2012). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.* Expressão Popular; AS-PTA.

Abreu, M. (2013). *Evolução urbana do Rio de Janeiro.* Instituto Pereira Passos, 2013.

Abreu, S. (1957). *O Distrito Federal e seus recursos naturais.* Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Durhan, E. (1973) *A caminho da cidade: vida rural e a migração para São Paulo*. Perspectiva.

Baptista, S. R. (2014). *Comunicação oral em redes sociotécnicas orientadas a plantas medicinais: a relação entre informação científica e conhecimento tradicional.* [Dissertação de Mestrado sem publicar]. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde – PPGCICS.

Bensadon, L. S. (2016). *Tecendo Projetos Políticos: a trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia.* Dissertação [Dissertação de Mestrado sem publicar] – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BRASIL. Lei No 5.172. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. 25 de outubro de 1966. Brasília: DF [Presidência da República]. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.172%2C%20DE%2025%20DE%20OUTUBRO%20DE%201966.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Sistema%20Tribut%C3%A1rio,%C3%A0%20Uni%C3%A3o%2C%20Estados%20e%20Munic%C3%ADpios.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 64/94, pelas Emendas Constitucionais de nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. 05 de outubro de 1988. Brasília : DF [Senado Federal], 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf

BRASIL. Resolução No 2191, de 24 de agosto de 1995. Institui o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). 24 de agosto de 1995. Brasília : DF [Presidência da República], 1995. Disponível em https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2191_v3_L.pdf

Escobar, A. (1995) *Encontering Development: the making and unmaking of the third world.* Princeton University Press.

Feiden, A. *Agroecologia: introdução e conceitos. In: De Aquinio A. M.; De Assis, R. L. (orgs.). (2005). Agroecologia: princípios e técnicas de uma agricultura orgânica sustentável.* Embrapa Informação e Agroecologia.

Fernandez, A. C. F.; Baptista Filho, A. C. (2019) Agricultura familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios,* n. 39, p. 141-154, 2019. https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/18404

Fernandez, A. C. F. (2009). *Do Serão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro.* [Tese de Doutorado sem publicar]. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Freire, P. (1977). *Comunicação ou extensão?*. Paz e Terra.

Freire, P. (2014) *Pedagogia do oprimido.* Paz e Terra.

Kleiman, M. (1994). De Getúlio a Lacerda: um "rio de obras" transforma a cidade do Rio de Janeiro. As obras públicas de infraestrutura urbana na construção do "novo Rio" no período 1938-65. [*Tese de Doutorado sem publicar].* Programa de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Lima, C. *Agriculturas na e da cidade do Rio de Janeiro: dicotomias e especificidades da agricultura urbana.* (2019) [Dissertação de Mestrado sem publicar]. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

Lino de Jesus, E. Diferentes abordagens da agricultura não-convencional: história e filosofia. In: De Aquino, A. M.; De Assis, R. L. (orgs). (2205) *Agroecologia: princípios e técnicas de uma agricultura orgânica sustentável.* Embrapa Informação e Agroecologia.

Melluci, A. (1999). *Acción Colectiva, Vida Cotidiana y Democracia.* El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos.

Mendonça, M. M.; Monteiro, D. (2004) Quintais da cidade: a experiência de moradores da periferia do Rio de Janeiro. *Agriculturas: experiências em assessoria em agroecologia.* https://aspta.org.br/files/2011/05/Quintais-na-cidade.pdf

Morelato, R. R. (2023) *Rede Carioca de Agricultura Urbana: agroecologia, comunicação e cidadania no Rio de Janeiro*. [Tese de Doutorado sem publicar] Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Guhur, D.; Nivia, S. R.. (2021). Agroecologia. In: Dias, A. P. et al. *Dicionário de Agroecologia e Educação.* Expressão Popular ; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio.

Instituto Pereira Passos. (2018) Rio em Síntese. https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese.

Rodrigues, R. O. (2019). *Cidade, participação social e segurança alimentar e nutricional do Rio de Janeiro (CONSEA-RIO) na formação de uma agenda pública.* [Dissertação de Mestrado sem publicar] Programa de Pós-Graduação de Ciência Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Ong, W. (1982). *Orality and Literacy: the technologizing of the world.* Routledge;

Paiva, V. P. (2000). *Paulo Freire e o nacional-desenvolvimentismo.* Graal.

Peruzzo, C. M. K.. (1998) *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.* Editora Vozes.

Peruzzo, C. M. K.. (2017) Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa participativa: da observação participante à pesquisa ação. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas,* v. 23, 3, p. 161-190. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5902964

Peruzzo, C. M. K. (2022) *Pedagogia da comunicação popular e comunitária nos movimentos sociais.* Editora Sulina.

Petrus, F.; Correa do Lago, L.; Ferrer, L. (2021). Agricultura urbana e direito à cidade. In: Ribeiro, L.C. Q.; Ribreiro, M. G. (org.). *Reforma urbana e direito à cidade.* Letra Capital

Pompéia, C. (2021). *Formação política do agronegócio.* Editora Elefante.

RIO DE JANEIRO. (210) Lei orgânica do município do Rio de Janeiro. Com alterações e revogações assinaladas no texto, índice remissivo por assunto, quadro das representações por institucionalidade e emendas à lei. Texto atualizado até a Emenda no 20/2019. Rio -Geral do Município do Rio de Janeiro. https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4126916/Lei_Organica_MRJ_comaltdo205.pdf.

RIO DE JANEIRO. (03 de março de 1976) Decreto No 322 de 03 de março de 1976. Aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro. Prefeitura do Rio de Janeiro. https://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D322M.PDF.

Santos, B. de S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Edições Afrontamento.

Santos, B. de S. (1988) *La Globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación.* Facultad de Derecho, Ciencias Politicas y Sociales. http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/La_globalizacion_del_derecho_Los_nuevos_caminos_de_la_regulacion_y_la_emancipacion.pdf.

Santos, L. S. (2018) *Um sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro* (1945-1964). Editora Agbook.

Tufte, T. (2017) *Communication for social change*: a citizen perspective. Polity Press.

Tufte, T.; Jiménes-Martínez, C.; Suzina, A. C. (2020). De-constructing participatory communication and civil society in 2020: a perspective inspired by Paulo Freire. *COMMONS Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital*, v. 9, n. 2, p. 48-78. https://repository.lboro.ac.uk/articles/journal_contribution/De-constructing_participatory_communication_and_civil_society_development_in_2020_a_perspective_inspired_by_Paulo_Freire/13516286/1/files/25942481.pdf